A traição dos nomes (de alimentos)

Gustavo José Pinheiro
Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6731-4459
E-mail: gustavopinheiro@id.uff.br

RESUMO

Neste artigo, com base na Análise de Discurso materialista, propomos analisar um "MANIFESTO". Trata-se de um documento produzido por uma organização italiana que critica o uso de nomes usualmente atribuídos a alimentos de origem animal em alimentos de origem vegetal. Traçando paralelos com o Movimento surrealista, a organização busca, de várias maneiras, argumentar que o uso dos nomes pode causar diferentes problemas. Por isso, buscamos analisar os seus dizeres considerando, sobretudo, questões referentes à linguagem e ao mundo, para depreender os efeitos de sentido produzidos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Manifesto; Nomes de comidas.

The treachery of names (of foods)

ABSTRACT

In this paper, based on materialistic Discourse Analysis, we propose to analyze a "MANIFESTO". This is a document produced by an italian organization that criticizes the use of names usually assigned to animal-based foods on plant-based foods. Drawing a parallel with the Surrealist movement, the organization tries, in many ways, argue that the use of names can cause different problems. Therefore, we try to analyze their words considering specially questions about language and world to gather the sense effects produced.

KEYWORDS: Discourse Analysis; Manifesto; Names of foods..

Ao citar este artigo, referenciar como: PINHEIRO, Gustavo José. A traição dos nomes (de alimentos). **Matraga**, v. 32, n. 64, p. 30-45, jan./abr. 2025.

DOI: 10.12957/Matraga.2025.85496
Recebido em: 29/06/2024
Aceito em: 23/12/2024

1. Introdução

É cada vez mais comum encontrarmos produtos veganos e vegetarianos para consumo. As opções vão de bebidas e comestíveis a cosméticos e produtos de higiene. As carnes e os leites talvez ocupem lugar de destaque não só como produtos a serem substituídos por aqueles que buscam uma vida sem ou com o mínimo possível de alimentos derivados de animais, mas ocupam também lugar de disputa linguística.

Na Europa, há movimentos contrários ao uso de nomes atribuídos aos alimentos de origem animal em alimentos de origem vegetal. Na Itália, por exemplo, há movimentação contra o uso de termos correntemente associados a produtos de base animal em produtos de base vegetal, especificamente no que diz respeito às carnes. A defesa é a de que os alimentos não deveriam se chamar como ainda são chamados – carne, hambúrguer –, pelo fato de não virem dos animais – na França, objetivos similares foram alcançados, sendo então o primeiro país a proibir, por lei, o uso de nomes como carne de soja, leite de soja etc.

Uma oposição se dá por parte da *Unione Italiana Filiera delle Carni*[1][2] (*UNICEB*), organização que "cuida e defende os interesses do setor de carnes, da criação do rebanho até a transformação e comercialização das carnes e dos produtos"[3]. Em seu *site*, no dia 6 de outubro de 2020, foi publicado um "MANIFESTO"[4] (entre aspas, como no original). É ele que tomamos como materialidade para as análises à luz da Análise de Discurso materialista (doravante AD).

Para tanto, antes retomamos alguns apontamentos já existentes acerca da relação entre objeto, mundo e língua(gem), para que análises sejam viáveis. Dado o material, as questões nele presentes e nosso campo teórico, voltamos em alguns pontos já discutidos, sobretudo em Foucault (1988 [1973]) e Saussure (2021 [1916]), sobre tal relação.

Seguimos trazendo para a discussão, de modo breve e como iniciantes no tema, o movimento artístico e literário do Surrealismo, pois ele atravessa e constitui o nosso material. Mais do que somente uma questão de simples uso de uma palavra, o movimento surrealista ressoa materialmente na proposta do "MANIFESTO", mas que, de certo modo, só reforça um funcionamento da língua: a de que ela não existe como um rótulo do mundo, como se cada existência no mundo devesse ter somente um nome.

Por fim, trazemos alguns recortes sobre os efeitos que o uso dos nomes de alimentos[5] de origem animal nos de origem não animal pode causar para o consumidor. Como poderemos observar pelos recortes, é colocado pelo sujeito (entendido como uma posição discursiva) como uma questão de verdadeiro contra o falso, da certeza contra a incerteza.

---

[1] "União Italiana do Setor de Carnes" (tradução nossa).

[2] Todas as traduções do italiano para o português neste artigo são nossas.

[3] Em *Chi siamo* ("Quem somos"), assim eles se apresentam: "*cura e tutela gli interessi della filiera delle carni, dall'allevamento del bestiame sino allatras formazione e commercializzazione delle carni e dei prodotti*". Disponível em: <Chi Siamo - Uniceb>. Acesso em: 12 jun. 2024.

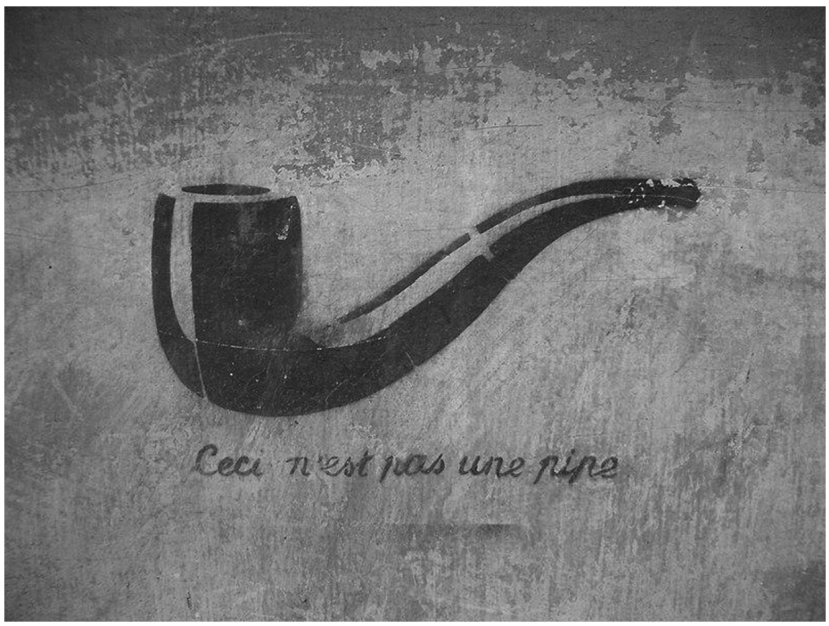
[4] O "MANIFESTO" está ao final da notícia, em "Campagna 'ceci n'est pasunsteak' Clicc aqui per scaricare il 'MANIFESTO'". Disponível em: <Basta all'uso di denominazioni della carne per indicare prodotti che di carne non contengono nulla! - Uniceb>. Acesso em: 13 jun. 2024.

[5] Para estudo sobre alimentação na Análise de Discurso, ver Esteves (2017).

2. A questão da (produção de efeito de) evidência sobre (a relação entre) as palavras e as coisas

Começamos a reflexão com o quadro *A traição das imagens* (1929), de René Magritte, exibido na ilustração 1:

ILUSTRAÇÃO 1. A traição das imagens



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ceci_n%27est_pas_une_pipe_graffiti_in_Bucharest.jpg?uselang=pt-br>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Tomando o objeto pintado no quadro, o cachimbo, e o que está escrito logo abaixo, i. e., "Isto não é um cachimbo", pode ser produzido, em uma primeira leitura, um efeito de contradição e estranhamento. Como assim o cachimbo não é um cachimbo?

Michel Foucault (1988 [1973]) desenvolve, no segundo capítulo do livro *Isto não é um cachimbo*, algumas leituras muito interessantes sobre o quadro e que de certo modo conversam com nossos argumentos e nossos gestos de análise. Indo direto ao ponto que nos interessa, o que o autor mostra são algumas leituras – e disso ele vai montando alguns esquemas (cf. Foucault, 1988 [1973], p. 17-36) – sobre o quadro, considerando, por exemplo, a própria frase como uma imagem, de modo a pensar a frase a partir dos elementos de sua sintaxe – o "*Isto*", pronome demonstrativo, e a própria frase, de fato, não são um cachimbo – e, ora pensando as imagens (ou imagem e frase) juntas, ora separadas, ele mostra uma leitura instigante: a de não existência do objeto em parte alguma do quadro.

> O desenho, agora solitário, do cachimbo, por mais que se faça tão semelhante quanto pode a essa forma que a palavra *cachimbo* designa ordinariamente; por mais que o texto se desenrole sob o desenho com toda fidelidade atenta de uma legenda num livro erudito: entre eles só pode passar a

> formulação do divórcio, o enunciado que conteste ao mesmo tempo o nome do desenho e a referência do texto.
> Em nenhum lugar há cachimbo (Foucault, 1988 [1973], p. 34, itálico do autor).

Reconhecendo as leituras feitas pelo autor, pensamos de fato não haver cachimbo em parte alguma do quadro, mas sim algumas *representações*, ao passo que é feita a (possível interpretação de) *negação* desse objeto do mundo, possibilitando o efeito de estranhamento entre desenho e frase. Detendo-nos a essa questão, nosso posicionamento é considerar a problematização do nome em relação ao próprio objeto do mundo, acarretando considerar que o objeto cachimbo não deve(ria) necessariamente ser chamado como é: a própria palavra em português e em francês, respectivamente cachimbo e *pipe*, i. e., a situação de tradução, já se colocaria como um ponto.

Uma vez que a teoria com a qual trabalhamos aborda a Linguística como um dos campos de conhecimento que compõem o seu entremeio, não deixa de ressoar rapidamente em nós o que podemos encontrar nos estudos saussurianos e que gostaríamos de acrescentar para a reflexão, ainda que brevemente.

No *Curso de linguística geral* (2021 [1916]), atribuído a Ferdinand de Saussure, já encontramos a crítica à ideia de língua como nomenclatura, como lista de termos diretamente associados às coisas (Saussure, 2021 [1916], p. 115). Na obra, a língua é definida como um sistema de signos e "o signo linguístico não une uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica" (idem), o que o torna *arbitrário* em relação ao mundo, ao passo que essa própria união, conceito-imagem acústica, já é sempre arbitrária e imotivada (idem, p. 118). O que destacamos dessa discussão é o ponto da arbitrariedade, o que leva à discussão da *convenção*, também encontrada na mesma obra (idem, p. 53).

Já que mencionamos a diferença entre línguas, é também na mesma obra que encontramos discussão semelhante quando Saussure diferencia *valor* e *significação* (cf. Saussure, 2021 [1916], p. 169-179), sendo o valor de um signo dado pela diferença, em um mesmo sistema, e a significação, o que possibilita a relação de quase igualdade entre signos, cada um pertencente a um sistema linguístico diferente, o que coloca(ria) cachimbo e *pipe* como de mesma significação, mas valores diferentes. Mas tudo apontado sobre valor e significação só reforça a arbitrariedade do signo, sua relação não natural e direta com o mundo e, de novo, a questão da convenção na língua.

Também retomando Saussure, Felice Cimatti (2018) escreve:

> O ponto a sublinhar é que a língua é "um conjunto de convenções necessárias". Nesse oximoro, há o motivo da existência autônoma da língua. Uma convenção é arbitrária, enquanto aquelas da língua se apresentam, para o falante, como *necessárias*, isto é, justamente como não arbitrárias. Como um *fato* (Cimatti, 2018, p. 108, itálicos do autor, tradução nossa)[6].

Atentemos à ideia de apresentação da convenção como necessária, mas não arbitrária. Por uma necessidade, para o falante, é preciso que a língua seja convencionada, e acrescentaríamos

[6] No original: "*Il punto da sottolineare è che la lingua è «un insieme di convenzioni necessarie»*. In *questo ossimoro c'è il perché dell'esistenza autonoma della lingua. Una convenzione è arbitraria, mentre quelle della lingua si presentano, per il parlante, come* necessarie*, cioè appunto come non arbitrarie. Come un* fatto."

estabilizada; é preciso torná-la imutável. Isso porque, como mostramos pelas primeiras sequências discursivas (doravante SD), há a defesa de que os nomes dos alimentos à base de carne de origem animal são, por exemplo, presunto, bisteca, salame, por se tratar de um trabalho de gerações de produtores e açougueiros, acarretando uma denominação tradicional.

> SD1: "As *denominações dos produtos à base de carne* são profundamente *enraizadas* no *nosso patrimônio cultural*. *Toucinho*, *presunto*, carpaccio, *bisteca*, *filé*, *costeletas* e *salame* são todas *denominações tradicionais* que *no tempo foram moldadas pelo duro trabalho de produtores e açougueiros*".[78]

> SD2: "Se protegemos *nosso patrimônio local e regional* com indicações geográficas seguras e denominações de origem seguras, *deveríamos* ser coerentes e *proteger as denominações dos produtos mais comuns que são igualmente o resultado do nosso patrimônio cultural.*"[9]

Pelas SD 1 e 2, podemos notar como argumentos o tradicionalismo e o patrimonialismo, consequentemente implicando as ideias de estabilidade e de proteção dos nomes. Há, primeiro, o enraizamento deles, o que significaria a estabilidade, a imutabilidade das denominações. São citados o tempo e o duro trabalho, o que se relaciona com a questão da convencionalidade necessária, porém não arbitrária: se se trata de um duro trabalho dos produtores e dos açougueiros, nada há(veria) de arbitrário. Eles moldaram as denominações. Assim, produz-se o efeito de *vontade* desses trabalhadores de assim chamar os alimentos, e sempre respeitando as regionalidades. Ainda, trata-se de um patrimônio cultural, o que produz o efeito de dever ser preservado por eles, já que é o patrimônio *deles*. É marcado no dizer um *dever* proteger os nomes dos alimentos à base de carne de origem animal.

Com isso, foge ao sujeito que a arbitrariedade exista, sendo o ato de nomear, portanto, de um puro trabalho por parte dos produtores e açougueiros que tanto teriam se empenhado durante anos em estabelecer os nomes dos alimentos: foi sendo convencionado assim, sem arbitrariedade. Entende-se, então, que carne é só a que vem dos animais.

Para aqueles que trabalham diretamente com a língua(gem), já é (ou deveria ser?) conhecimento tais questões que Saussure elabora junto à proposta da Linguística como uma ciência. No entanto, nossa proposta para este artigo é ir além da proposta dele, uma vez que trabalhamos discursivamente. Isso já coloca em jogo outra noção de língua, de relação linguagem e mundo, levando em consideração ideologia, história e sujeito.

Antes de continuar com outras análises, propomos abordar antes algumas das propostas existentes no Movimento surrealista. É que, assim entendemos, elas são parte constituinte do dis-

[7] Todas as SDs são retiradas da primeira página do "MANIFESTO" (ver nota 6). Todos os negritos nas SDs são nossos.

[8] No original: "*Le denominazioni dei prodotti a base di carne sono profondamente radicate nel nostro patrimonio culturale. Pancetta, prosciutto, carpaccio, bistecca, filetto, costolette e salame sono tutte denominazioni tradizionali che nel tempo sono state plasmate dal duro lavoro di allevatori e macellai*".

[9] No original: "*Se proteggiamo il nostro patrimonio locale e regional e con indicazioni geografiche protette e denominazioni di origine protetta, dovremmo essere coerenti e proteggere le denominazioni di prodotti più comuni al tresì il risultato del nostro patrimonio culturale.*"

curso presente no "MANIFESTO", ao passo que esse nome, surrealismo (um *sur-réalisme*, um possível além da realidade, se tomarmos um dos sentidos para o prefixo), (se) tomado pela transparência de (possível) sentido da palavra, produz *para* e *no* sujeito um sentido de desconexão com a realidade, quando, desde sempre, as palavras já são desconectadas dela. É desse mesmo modo que pensamos haver e, mais que isso, *funcionar* uma leitura outra do quadro de Magritte e do Surrealismo por parte do sujeito do "MANIFESTO" (entendendo que a organização italiana é composta por sujeitos que estão assujeitados à língua, ao funcionamento ideológico – o qual não entendemos como mascaramento – e à memória discursiva), o que leva à produção deste "MANIFESTO" com as referências que faz ao surrealismo na abertura e no encerramento.

3. Do *Manifesto do surrealismo* ao "manifesto" dos nomes de alimentos, ou: isto não é uma carne, chamemos as coisas pelos nomes

O movimento artístico e literário conhecido como Surrealismo, uma das vanguardas surgidas na Europa do século XX, teve início na França, mas logo sua influência se espalhou para outros espaços, como a Itália. É nesse período e em relação a esse movimento que foi produzido, por René Magritte, o quadro *A traição das imagens*[10] (1929): o famoso quadro contendo a pintura de um cachimbo seguido de uma inscrição logo abaixo que diz, em português, "Isto não é um cachimbo", e que abriu o tópico anterior.

Para agregar o Movimento surrealista à discussão, lançamos mão de um retorno, *en passant* e sem a pretensão de exaustividade, ao *Manifesto do surrealismo* (1924)[11], de André Breton. O que nos interessa do *Manifesto*, para a conversa com o "MANIFESTO", são alguns pontos específicos que, nos parece, sustentam a proposta do movimento francês, mas também funcionam como ponto de reforço para a reclamação feita sobre os nomes dos alimentos por parte do sujeito no "MANIFESTO". E, por ponto de reforço, queremos dizer que se trata de sentidos que constituem o *Manifesto do surrealismo* como discurso e que permanecem produzindo efeitos em relação (ou não) com a palavra "surrealismo".

Não demora muito para que Breton (1924) comece a evocar com certa frequência no *Manifesto* dois significantes que nos prendem a atenção: *imaginação* e *sonho*. São significantes que circulam dominantemente nos dizeres do que foi esse Movimento. E por tocar na questão do sonho, não podemos esquecer que Sigmund Freud e a Psicanálise possuem considerável participação para a construção da proposta surrealista por Breton: "Com justa razão Freud dirigiu sua crítica para o *sonho*. É *inadmissível*, com efeito, que esta parte considerável da atividade psíquica (...) não tenha recebido a *atenção devida*" (Breton, 1924, n. p., itálicos nossos). Percebe-se assim um desconforto de Breton face ao que ele já vinha reclamando no *Manifesto*. Ele coloca: "*Ainda* vivemos sob o *império da lógica*, eis aí, bem entendido, aonde eu queria chegar. (...). *O racionalismo absoluto* que continua em moda não permite considerar senão *fatos* dependendo estritamente de nossa *experiência*" (idem).

[10] No original: "*La trahison des images*".
[11] Para estudo sobre outros Manifestos na Análise de Discurso, ver Dias (2023).

Atentamos à crítica de Breton sobre a ausência e a importância dessas atividades psíquicas – o sonho e a imaginação – que, no Surrealismo, vão ser marcadas de vários modos, constantemente, através das diversas representações nas obras surrealistas que produzem os efeitos de *irreal*, de *não realidade*, de *não verdade*, de *absurdo*, de *estranhamento* (como o quadro de Magritte), de *ilógico*. E essas foram, nos parece, as propostas, i. e., romper com a pura realidade: "Acredito na resolução futura destes dois estados, tão *contraditórios* na aparência, o *sonho* e a *realidade*, numa espécie de *realidade absoluta*, de *surrealidade*, se assim se pode dizer" (idem).

Para nos encaminhar melhor ao ponto que pretendemos chegar (ou retomar?), apoiamo-nos na ideia de Janaina Brum (2019), ao afirmar que "a arte tem relação com a ideologia, já que é historicamente produzida como objeto de saber" (Brum, 2019, p. 257) e que "a arte é discurso, pois não só produz e faz circular sentidos, como os produz de maneira a questionar a evidente – e ilusória – realidade" (idem, p. 258). O que gostaríamos de realçar é a existência de um sujeito que produz essa arte, e por isso ela possui relação com a ideologia, assim como o questionamento da evidência existe a partir do momento que existem sujeitos inscritos em formações discursivas (cf. Haroche et al, 2020 [1971]) (doravante FD), e que há condições de produção distintas do discurso (cf. Courtine, 2014 [2009]). Brum ainda acrescenta que

> A arte, tal como concebida por Rancière no regime estético das artes, tende a engendrar modos de produção de sentidos mais próximos da polissemia que da paráfrase, o que implica dizer que as coisas da arte, nesse regime estético, têm na ruptura e na transgressão seu modo próprio de produzir discurso, como se ficassem suspensos os sentidos do comum, estabelecidos social e discursivamente como "verdadeiros", "literais", em oposição a outros sentidos "periféricos", e pudessem circular, pelo trabalho do sujeito-artista, sentidos outros, sem que a univocidade lógica se exerça completamente *sobre eles*. Ora, esse modo excepcional de funcionamento é *regular no Surrealismo* (Brum, 2019, p. 258, itálicos da autora).

Sendo assim, podemos entender que o quadro de Magritte funciona como discurso, produzindo sentidos ao questionar evidências, produzindo sentidos outros. Leitura e interpretação nunca são as mesmas, tanto por sujeitos de mesma época quanto de épocas diferentes.

Trazemos, assim, outra SD e uma ilustração presente no "MANIFESTO" para análise, considerando que entre o Surrealismo e o quadro de Magritte há o funcionamento parafrástico, entendido como o que permite a estabilização do dizer (o mesmo), e o funcionamento polissêmico, entendido como a mudança do dizer (o outro):

> Em qualquer materialidade que o analista do discurso pretende tomar como objeto de análise (verbal ou não verbal), essas noções estão em pleno funcionamento, porque (...) são elas que fundamentam qualquer uma de nossas produções simbólicas, que sempre estão relacionadas aos sentidos com os quais nos identificamos.
> Se, ao dizer, o sujeito sempre se filia a uma memória discursiva, é fácil entendermos que em seu dizer são retomados sentidos já-ditos" (Dela-Silva et al, 2022, p. 149).

Para poder dizer, o sujeito recorre sempre a uma memória, ao já-dito, e, neste caso, é aquele da arte surrealista, mas, ao fazê-lo, um sentido outro é produzido, já que entram em jogo outras

FD e outras condições de produção. Para esse sujeito, dizer que algo não é carne é significar, então, que esse algo, i. e., certa existência no mundo não é e não pode ser chamado de carne. Eis a SD3 e a ilustração 2 retiradas do "MANIFESTO":

SD3: "*Esta não é uma carne! Evitemos o surrealismo e 'chamemos as coisas pelos nomes*'"[12].

ILUSTRAÇÃO 2. Captura de tela do "MANIFESTO"

Fonte: Ao final, em "Campagna 'ceci n'est pas um steak"[13] clicca qui per scaricare il 'MANIFESTO'".

Os dois recortes que agora trazemos são respectivamente o título que abre o "MANIFESTO" e a imagem que o fecha. Como podemos notar, na ilustração 2, há, na parte superior da imagem, os ingredientes que compõem uma carne de origem não animal, o que interpretamos como recurso argumentativo por parte do sujeito para defender que carne de origem não animal não é carne, logo não pode(ria) receber esse nome. Recorre-se às substâncias que compõem o objeto no mundo, à materialidade do objeto. A carne, que, para o sujeito, é carne de bovinos, suínos etc, não é feita, por exemplo, de óleo de coco ou fibra vegetal, como é a carne de origem não animal criticada no "MANIFESTO".

Pensando então no uso dos ingredientes, é produzida uma dupla marcação: a leitura feita pelo sujeito se coloca afastada da proposta surrealista (e sobretudo das leituras de Foucault), já

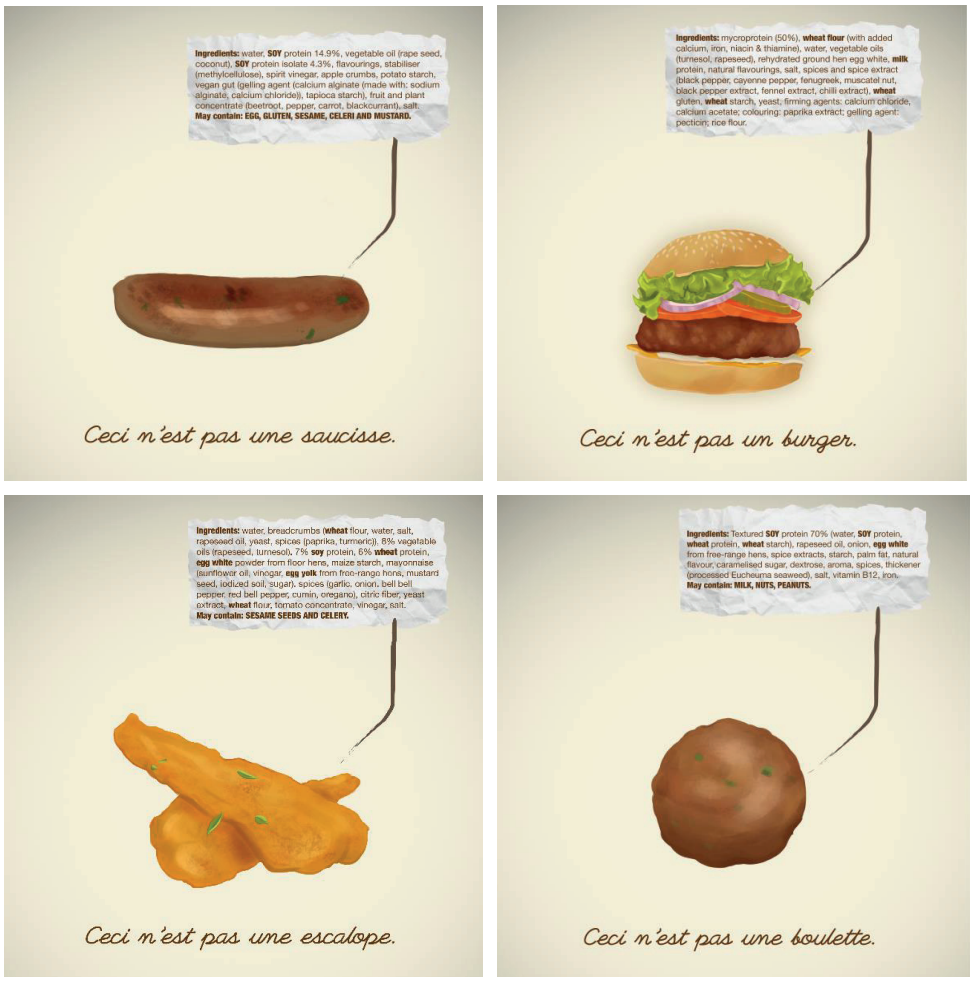
[12] "*Questa non* è *una bistecca! Evitiamo il surrealismo e diciamo le cose come stanno*" (itálicos do original), título que abre a primeira página do "MANIFESTO". Um funcionamento interessante do verbo *stare* (estar) é sua relação com o *essere* (ser). Às vezes o verbo *stare* pode ser traduzido como nosso *ser* e o verbo *essere* pode ser traduzido pelo nosso *estar*. A expressão "*diciamo le cose come stanno*" pode ser traduzida por "digamos as coisas como estão" ou "como são". É significativo aqui, mas optamos por outra tradução já que a questão se dá com o "nome".

[13] Disponível em: <Basta all'uso di denominazioni della carne per indicare prodotti che di carne non contengono nulla! - Uniceb>. Acesso em: 17 jun. 2024.

que o fora do real é incabível – o real é acreditado pelo sujeito como a carne de origem animal –, ao passo que busca fazer entender que o objeto do mundo em discussão no "MANIFESTO" não é carne, já que sua composição não é encontrada assim nos animais. E isso ecoa reproduzindo esses sentidos, como apontamos a seguir.

Tomando a relação dessas duas materialidades – a verbal e a não verbal – vemos a marcação da negação: isto *não* é uma carne. Tanto a representação, que vem junto aos ingredientes, quanto a própria carne de origem não animal não são, então, carne. É estabelecida de imediato uma relação direta com o quadro de Magritte, de onde parece funcionar para o sujeito uma fórmula: "*Isto não é* x". Ao retomar a estrutura sintática presente na frase do quadro surrealista, desloca-se somente um elemento, que é exatamente o termo da frase que está se referindo ao objeto do mundo: sai o cachimbo, entra a carne, já que o objeto é o foco evidente para o sujeito. O que corrobora tal funcionamento são as produções de outras possibilidades que jogam com a mesma ideia dessa FD a qual esse sujeito se inscreve, como podemos ver na ilustração 3:

ILUSTRAÇÃO 3. Capturas de tela da "SCHEDA"



Fonte: Montagem de autoria própria. Ao final, em "appello alla mobilitazione Clicca qui per scaricare la 'SCHEDA'"[14]

[14] Imagens disponíveis em: <Basta all'uso di denominazioni della carne per indicare prodottiche di carne non contengono nulla! - Uniceb>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Na ilustração 3, temos, da esquerda para a direita, de cima para baixo: "Isto não é uma salsicha", "Isto não é um hambúrguer", "Isto não é um filé", "Isto não é uma almôndega", todas contendo, assim como na ilustração 2, o balão com os ingredientes, jogando novamente com a composição dos alimentos como recurso argumentativo contra o uso do termo "carne" nos alimentos de origem não animal, além da presença da formulação "*Isto não é* x", presente na SD3 e na ilustração 2. Recorrendo aos outros tipos de alimentos de origem não animal existentes, busca-se defender a questão do abuso dos nomes: se não é de origem animal, não é carne, logo o termo "carne" não deve ser usado nesses outros produtos. O quadro 1 sintetiza o funcionamento parafrástico e a construção da formulação:

QUADRO 1. Formulação da estrutura "*Isto não é x*"

Isto não é um cachimbo
(o que leva a)
Isto não é x
(possibilitando)
Isto não é uma carne
Isto não é uma salsicha
Isto não é um hambúrguer
Isto não é um filé
Isto não é uma almôndega

Fonte: Autoria própria

Entra em jogo, para essa possibilidade de produção, uma memória a qual o sujeito retoma. Não se trata de um simples uso sintático. Há uma memória, a do quadro de Magritte e do *Manifesto*, que se relaciona com esse "MANIFESTO". É quase "propositAL"[15] do sujeito chamar a campanha de manifesto, mas é preciso que o sujeito recorra a sentidos que já circulam para que o seu dizer possa fazer sentido. Há um retorno a expressões, palavras e sentidos relacionados ao Surrealismo.

Retomando a SD3, é marcado em seguida o Movimento surrealista na sintaxe por uso do termo "surrealismo", pois há uma certa memória atravessando e possibilitando o dizer, porém colocado junto a outro modo de negação, agora com o verbo evitar: "*Evitemos o surrealismo*". Ou seja, não se deve recorrer ao surrealismo, a isso que rompe com a realidade (*sur-réalisme*, o além da realidade). Em relação de coordenação, temos ainda "*e chamemos as coisas pelos nomes*". Deve-se usar os nomes das coisas, dizê-las como elas são. Eis um motivo de retomarmos ao início, ao ponto de não haver relação natural entre língua(gem) e mundo.

> SD4: "É óbvio que *produtos completamente diversos* devem ter *nomes completamente diversos*."[16]

[15] Entre muitas aspas, pois o sujeito na Análise de Discurso não é dotado de intenção.
[16] No original: "*Va da sé che prodotti completamente diversi de bbano avere nomi completamente diversi*".

Trazemos a SD4 para acrescentá-la como outra ocorrência da defesa do sujeito. Fazemos, com isso, uma aproximação com o funcionamento do esquecimento n. 2, o *efeito* de relação direta entre o mundo, a língua(gem) e o pensamento:

> O esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. (...). Este 'esquecimento' produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação 'natural' entre palavra e coisa (Orlandi, 2009 [1999], p. 35).

Atentamos para a questão da impressão causada no sujeito pelo esquecimento n. 2, já que ele produz a ilusão referencial para aquele. Do mesmo modo que o sujeito, pelo funcionamento do esquecimento n. 2, é levado a acreditar que só se pode dizer de um modo e não de outro, de só poder usar uma expressão e não outra, diríamos que ele é levado não só a crer que um objeto no mundo só possa ter um nome e não outros, mas que cada existência tenha o seu nome particular, intransferível.

Com isso, retomamos também Michel Pêcheux (2008 [1983]) sobre a estabilidade lógica para o sujeito, impedindo a existência do que pode ser entendido como paradoxo, ou seja, não pode haver para o sujeito algo que seja e não seja ao mesmo tempo (Pêcheux, 2008 [1983], p. 30). Ele escreve:

> Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como "logicamente estabilizados") supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços).
> E o que unifica aparentemente esses espaços discursivos é uma série de evidências lógico-práticas, de nível muito geral, tais como:
> - um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes;
> - *um mesmo objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P*;
> - um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc (idem, p. 31-32, itálicos nossos).

Se, considerando o mundo logicamente estável, um mesmo objeto não pode ter propriedade P e não-P, implica para o sujeito do "MANIFESTO" que carne não pode ser de animal e de não-animal ao mesmo tempo. Afetado por essa lógica e pela ilusão referencial, entendemos que o sujeito toma como conflito esse nome que já funciona para os alimentos de origem não animal. Ao naturalizar que palavra e coisa no mundo possuem ligação direta e unívoca, o sujeito é levado a crer que somente carne de origem animal pode ser assim chamada. É preciso então evitar o surrealismo e chamar as coisas pelos seus nomes.

Passemos, então, às denúncias do sujeito sobre os efeitos que esses nomes podem causar, uma vez que, reafirmando, os nomes das carnes – bem como o termo "carne" – não devem ser usados em alimentos de origem não animal.

4. O problema do nomear: os efeitos de (in)certeza produzidos a partir do uso dos nomes

Empenhamo-nos agora em analisar os efeitos de sentido produzidos a partir do que o sujeito no "MANIFESTO" escreve quando se trata dos efeitos que o uso de termos de alimentos de origem animal pode gerar para o consumidor, se utilizados em alimentos de origem não animal. Em torno da questão do nome, entra em jogo o embate entre verdade e mentira, certeza e dúvida.

No entanto, uma *certeza* existe como *evidente* para esse sujeito, o que, assim entendemos, acaba se relacionando com a defesa da luta feita durante as gerações, tornando os nomes das carnes de origem animal um patrimônio cultural, como vimos nas SD1 e SD2 ("denominações tradicionais que no tempo foram moldadas pelo duro trabalho de produtores e açougueiros" e "nosso patrimônio local e regional", respectivamente) no início das análises. Do mesmo modo, essa evidência que se coloca em oposição aos outros produtos reforça os sentidos de dúvida e erro atribuídos aos alimentos de origem não animal. Vejamos os recortes:

SD5: "Os *produtos à base de vegetais* que utilizam *nomes de produtos à base de carne levantam dúvidas fundamentais* sobre as informações fornecidas aos consumidores, sobre nosso patrimônio cultural e sobre o poder do *marketing* moderno."[17]

SD6: "A comercialização desses *falsos produtos lácteos ou à base de carne* podem *claramente induzir* os consumidores europeus *a pensar erroneamente* que estas imitações sejam substitutas 'iguais' aos originais."[18]

SD7: "Se decidimos que agora é possível recorrer a *descrições enganosas* deste tipo para os alimentos, abrimos a porta para *problemas muito mais graves no futuro*. O que nos impedirá, em seguida, de usar nomes de fruta para produtos que não as contêm nem um pouco?"[19]

SD8: "*Hoje não é necessário explicar o que são estes produtos* ou o que se pode esperar deles no momento da compra."[20]

SD9: "Como pode o *lobby* destes produtos afirmar não *induzir os consumidores ao erro* se faz notar que há necessidade de denominações de produtos à base de carne para transmitir informações sobre a consistência e sobre o gosto dos próprios produtos?"[21]

[17] No original: "*I prodotti a base di vegetaliche utilizzano nomi di prodotti a base di carne sollevano interrogativi fondamentali sulle informazioni fornite ai consumatori, sul nostro patrimonio culturale e sul potere del marketing moderno.*"
[18] No original: "*La commercializzazione di questi finti prodotti lattiero-caseari o a base di carne può chiaramente indurre i consumatori europei a pensare erroneamente che queste imitazioni siano sostituti 'uguali' agli originali.*"
[19] No original: "*Se decidiamo che adesso* è *possibile ricorrere a descrizioni fuorvianti di questo tipo per gli alimenti, apriamo la porta a problemi molto più gravi in futuro. Cosa ci impedirà a quel punto di usare nomi di frutta per prodotti che non ne contengo no affatto?*"
[20] No original: "*Oggi non* è *necessario spiegare cosa siano questi prodotti o cosa ci si possa aspettare al momento dell'acquisto.*"
[21] No original: "*Come può la lobby di questi prodott iaffermare di non trarre in inganno i consumatori se fa no tare che* há *bisogno di denominazioni di prodotti a base di carne per trasmettere informazioni sulla consistenza e sul gusto dei propri prodotti?*"

SD10: "*Não podemos comprometer* o direito dos consumidores de receber *informações confiáveis* sobre as características e os aspectos nutricionais dos produtos que compram."[22]

Começamos traçando um paralelo entre as SD5, 6, 7 e 9. A primeira relação que estabelecemos é a que as une, pois são dizeres que produzem o efeito de mentira e de dúvida, já que os nomes de alimentos de origem animal nos outros produtos, como colocado, geram dúvidas fundamentais, levam ao pensamento errado a respeito dos nutrientes, levando o consumidor a achar que carne animal e carne vegetal seriam igualmente substituíveis. Ainda, o nome é associado à descrição – enganosa – do produto, o que pode possibilitar problemas futuros.

Deixamos um questionamento se, nesta problemática toda, não faltaria ser considerada a forma do produto, e não somente o seu conteúdo. Se pensarmos na questão das carnes, tópico alto no "MANIFESTO", e voltarmos às outras imagens produzidas (ilustração 3), os alimentos de origem não animal são chamados de carne (hambúrguer, salsicha, almôndega), por entrar na relação (nos parece) a forma/formação do produto final. A forma é mostrada por eles nas imagens produzidas, ainda que os ingredientes estejam presentes indicando e negando a composição dos produtos.

Retomando, o uso do nome em produtos à base de vegetais pode levantar dúvidas fundamentais (SD5) para o consumidor; os falsos produtos lácteos ou à base de carne podem induzi-lo a pensar erroneamente sobre o produto a ser consumido (SD6), as descrições enganosas *podem* gerar problemas *muito mais* graves no futuro (SD7) – o que significa que no presente essa problemática dos nomes já é grave. O *lobby* dos produtos que não são provenientes de animais induzem os consumidores ao erro, já que há a necessidade do uso dos nomes dos produtos de base animal (SD9). Trata-se agora de proteger os nomes, para que os consumidores sejam protegidos das dúvidas, da indução ao erro, a fim de que problemas mais graves no futuro sejam evitados. Com essa finalidade, o sujeito no "MANIFESTO" se coloca na luta pelo direito da verdade ao consumidor: "*Não podemos* comprometer o direito dos consumidores de receber *informações confiáveis* sobre as características e os aspectos nutricionais dos produtos que compram" (SD10, itálicos nossos). Não pode jamais haver dúvida do consumidor sobre o que ele consome (?).

Entre as dúvidas, o erro e a confiabilidade, uma oposição é marcada: ao passo que esses outros alimentos precisam de uma explicação – além de terem que receber outro nome –, que precisam de clareza a respeito de suas composições, para que o consumidor saiba o que está comprando, os alimentos de base animal não precisam de nenhuma explicação sobre o que são: para o sujeito, (os nomes d)as carnes e (d)os laticínios são da ordem da evidência para *todos*. A SD8 apresenta a marca da oposição em relação ao que veio sendo dito sobre os alimentos falsos e em relação às verdadeiras carnes e laticínios.

Com isso, ecoa a questão do óbvio, do evidente, e por isso retomamos Pêcheux (1975) com o que ele escreve acerca do efeito ideológico em relação ao ser com o sentido:

[22] No original: "*Non possiamo scendere a compromessi sul diritto dei consumatori di ricevere informazioni affidabili sulle caratteristiche e gli aspetti nutrizionali dei prodotti che acquistano.*"

> é a ideologia que, através do "hábito" e do "uso", está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de "desvios" linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de 'retomada do jogo'. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2014 [1975]), p. 146, itálicos do autor).

Parafraseando Pêcheux, é a ideologia, então, que fornece ao sujeito as evidências pelas quais todos sabem o que é uma carne, já que "hoje não é necessário explicar o que são estes produtos ou o que se pode esperar deles no momento da compra" (SD8). É a ideologia que fornece ao sujeito a evidência do nome dos alimentos e que eles devem significar o que "realmente significam".

Nessa esteira, citamos a noção de FD já mencionada para concluirmos esse ponto. Entendemos tal noção como aquilo que, segundo Haroche et al (2020 [1971], p. 34, itálicos dos autores), determina "*o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada". Como é possível notar pelos caminhos traçados até aqui, esse sujeito do "MANIFESTO" se inscreve em uma formação discursiva na qual já estão estabelecidos e estabilizados alguns sentidos para carne, e não outros. Partindo da posição discursiva do sujeito, recordemos que é um sujeito que "cuida e defende os interesses do setor de carnes, da criação do rebanho até a transformação e comercialização das carnes e dos produtos"[23]. Essa luta de gerações mencionadas no dizer do sujeito, então, se trataria do "hábito" e do "uso" mencionados por Pêcheux.

Sintetizamos, no quadro 2, esses dizeres em conflitos estabelecidos na relação, tomada no nosso gesto de análise, entre as SD recortadas para trabalho com a questão do nome e das (in) certezas. Entre parênteses são os efeitos que podem ser depreendidos, partindo do que de fato foi materializado pelo sujeito.

QUADRO 2. Síntese das relações estabelecidas

Nomes tradicionais de produtos de origem animal em produtos de	
origem animal:	origem não animal:
(não levantam dúvidas [fundamentais])	levantam dúvidas fundamentais
(verdadeiros produtos)	falsos produtos
(claramente induzem a pensar corretamente)	claramente induzem a pensar erroneamente
Hoje não é necessário explicar o que são os produtos	(Ontem/Hoje/Amanhã é necessário explicar o que são os produtos)
(induzem os consumidores à certeza)	induzem os consumidores ao erro
O direito de receber informações confiáveis não pode ser comprometido: precisam defendê-los	O direito de receber informações confiáveis já está comprometido: isto não se defende

Fonte: Autoria própria

[23] Ver nota 5.

5. Isto não é (um)a conclusão

Muito ficou ainda a ser dito sobre o que trouxemos do "MANIFESTO", sua relação com o Movimento surrealista e sobre o que já existe de reflexão sobre nome(ar), designar, sobre as (não) relações entre o mundo e a língua(gem). Do mesmo modo, ainda há muito a ser analisado desse material, sobre as marcas – principalmente no que diz respeito ao tempo – que o sujeito deixa e que (o) significam, sobre as repercussões na mídia e sua relação com os outros movimentos de mesma defesa. Mas buscamos produzir mais um trabalho a agregar às reflexões desse tipo.

Tentamos ainda, com isso, mostrar como que o sujeito, inscrito em uma FD, e atravessado pela ideologia, retoma a memória que permite que todo dizer possa ser dito e faça sentido para ele, quando, na verdade, sujeito e sentido se constituem juntos, ou, conforme Dela-Silva et al (2022, p. 148), "interdiscurso, que é o complexo das formações discursivas, lugar inacessível ao sujeito e que ao mesmo tempo constitui seu dizer".

CONFLITO DE INTERESSES

O(A) autor(a) não tem conflito de interesses a declarar.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu querido orientador, Phellipe Marcel da Silva Esteves, pela leitura prévia do texto e pelos apoios, incentivos e palavras motivadoras de sempre.

REFERÊNCIAS

BASTA all'uso di denominazioni della carne per indicare prodottiche di carne non contengono nulla! **UNICEB**, Comunicatistampa, Roma, 06 out. 2020. Disponível em: <Basta all'uso di denominazioni della carne per indicare prodotti che di carne non contengono nulla! - Uniceb>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRETON, André. **Manifesto Surrealista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2320>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRUM, Janaina Cardoso. Pensar a arte na análise de discurso: uma análise n'*O fantasma da liberdade*. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 19, n. 2, p. 255-272, maio/ago. 2019.

CIMATTI, Felice. La lingua c'è. Saussure, Chomsky, Lacan. **Philosophy Kitchen – Rivista di filosofia contemporanea**, n. 9, 11, p. 108-119, set. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos / Jean-Jacques Courtine. São Carlos: EdUFSCar, 2014 [2009].

DELA-SILVA, Silmara. **Análise de discurso**: uma introdução. Niterói: Eduff, 2022.

DIAS, Iuri Pavan. **Manifestar por manifestos**: discurso e(m) livro. 2023. 148p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2023.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva Esteves. **Discurso sobre alimentação nas enciclopédias do Brasil**: Império e Primeira República / Phellipe Marcel da Silva Esteves. Niterói: Eduff, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo** / Michel Foucault: tradução Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 [1973].

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser. (org.) **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020 [1971].

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Eni P. Orlandi. 8a Edição, Campinas, SP: Pontes, 2009 [1999].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 5a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. 5ª Ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2008 [1983].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno; apresentação de Alberto Faraco. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021 [1916].